

CADERNOS
TEORIA e DEBATE



[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL]
DIREITOS ANIMAIS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS TEORIAeDEBATE

[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL] DIREITOS ANIMAIS

Núcleo de Acompanhamento de Políticas
Públicas pelos Direitos Animais

Junho/2022

Este *Caderno Teoria e Debate* faz parte da série *Reconstrução e Transformação do Brasil*: um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar.

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Vladimir de Paula Brito.

Equipe editorial: Rose Spina, Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Editoração e capa: Camila Roma

Revisão: Angélica Ramacciotti e Claudia Andreoti.

Membros do NAPP Direitos Animais

Coordenação: Vanessa Negrini

Integrantes: Adriana Cristina Araújo, Alexandre Jorge Pimentel Moura, Alexsandro dos Santos, Alexsandro Pereira Machado, Andria Paula Rodrigues da Silva, Brianna Cantelli Carmali, Caio César Barros Diogo, Dario Márcio do Carmo, Denise de Sousa Falcão; Diao Alex Chernehaque, Elisa Arruda Tavares, Francimery Alves Bastos, Francisco Westphalen Von Hartenthal, Gerlane da Silva Ferreira, Hudson Cunha, Iolanda Silva, Itala Gabriela Santos Negrini, Jonas Tarcísio Reis, Josué da Silveira Manhã, Juliane Borges Ramos, Kátia Duarte Moreira, Lailson Belém Lima, Laís Oliveira Rios, Luciana Sinicio de Oliveira, Maira Prado Louvison, Marcella Petreire Duarte, Marcelle Nogueira Toscani, Márcia Goreti Libório Chaplin, Marco Antônio Teixeira, Maria Antonieta Pereira, Maria do Socorro Muniz do Nascimento, Maria Tereza Pereira Lobo, Maria Thereza Nunes Martins Fonseca, Milena Ribeiro da Silva, Morgana Borges Hoepers, Neder do Carmo Pereira Habib, Patrick Rafael Gonçalves de Souza, Paulo Antunes Pinto Neto, Paulo Henrique Campos Silva, Priscila Tessuto Campos, Regina Celia Ricci Adami Zanchi, Renato Edgard Mota, Sebastiana Aparecida Rocha Ferreira, Solange Aparecida Massari, Stefanie Sussai.

Centro de Altos Estudos (CAE)

Coordenador-executivo: William Nozaki

Membros do Coletivo do Setorial de Direitos Animais do PT (Gestão 2022–2025)

Vanessa Negrini (Coordenadora). Coordenadores Estaduais: Alessandro dos Santos (BA), Andria Paula Rodrigues da Silva (AM), Diao Alex Chernehaque (SC), Elisa Arruda Tavares (RJ), Francimery Alves Bastos (DF), Francisco Westphalen Von Hartenthal (PR), Gerlane da Silva Ferreira (PA), Iolanda Silva (PE), Luciana Sinício de Oliveira (SP), Marcelle Nogueira Toscani (RS), Marco Antônio Teixeira (RO), Maria do Socorro Muniz do Nascimento (CE), Renato Edgard Mota (PB), e Paulo Henrique Campos Silva (MG). Coordenadores temáticos: Kátia Duarte Moreira (Jurídica), Lailson Belém Lima (Secretaria Geral), Maira Prado Louvison (Comunicação), Paulo Henrique Campos Silva (Formação) e Sebastiana Aparecida Rocha Ferreira (Política). Integrandes: Alexandre Jorge Pimentel Moura, Alessandro Pereira Machado, Brianna Cantelli Carmali, Caio César Barros Diogo, Hudson Cunha, Juliane Borges Ramos, Laís Oliveira Rios, Márcia Goreti Libório Chaplin, Maria Tereza Pereira Lobo, e Patrick Rafael Gonçalves de Souza.

Participação no Encontro de Lula com os Movimentos Sociais pelos Direitos Animais

O NAPP Direitos Animais e o Setorial de Direitos Animais do PT agradecem a todas e todos que contribuíram para a realização das 25 plenárias estaduais, 3 plenárias nacionais, 4 seminários estaduais e 3 seminários nacionais, mobilizando mais de 2 mil filiados e filiadas optantes do Setorial, dirigentes e parlamentares do Partido, com a participação de quase 50 delegados e delegadas no Encontro Nacional.

Agradecemos especialmente aos palestrantes:

Adriana Cristina Araújo, Adriano Diogo, Alencar Santana, Azilton Viana, Bruno Pinheiro, Eduardo

Luvizetto, Elói Pietá, Emily Idalgo, Frank Alarcón, Geraldinho Vitor de Abreu, Gleisi Hoffmann, Graciela Naibert Giurni, Janete Pietá, Jéssica Silva dos Passos, Joaquim Soriano, Laís Oliveira, Laerte Levai, Leon Davis, Leonardo Luvizetto, Leonel Radde, Lucas Garcia Gomes, Lydvar Schulz, Maria Antonieta Pereira, Maurício de Lima Moraes, Neidinha Surui, Nilto Tatto, Patrícia Dutra, Paula Meniconi, Priscila Tessuto, Reginaldo Lopes, Silvana Andrade, Vanessa Negrini, Vicente Ataíde Junior.

Participação no Encontro de Lula com os Movimentos Sociais pelos Direitos Animais

Alexandre Cabral, Allan Rodrigo Silva, Bela Gil, Carla Lettieri, Cris Torres, Eduardo Santos, Fábio Chaves, Fábio Zukerman, Francisco Carlos Giardina, Frank Alarcón, Guilherme Leonardi, Lucas Alvarenga, Luisa Mell, Maurício Forlani, Mônica Buava, Nathalie Gil, Patrícia Tatemoto, Sandra Guimarães, Silvana Andrade, Vanessa Negrini e Vânia Nunes.

O NAPP Direitos Animais e o Setorial de Direitos Animais do PT agradecem à Fundação Perseu Abramo pela parceria e apoio na produção deste material. Também agradecemos a Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), Ampara Silvestre, Animal Equality, Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Frente de Ações pela Libertação Animal (FALA), Greenkitchen, Instituto Luisa Mell, Mercy For Animals Brasil, Núcleo de Estudos sobre Direitos Animais e Interseccionalidades (NEDAI/Ceam/UnB), Portal Vista-se, Sea Shepherd, Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), Terra Verde Viva, The Donkey Sanctuary, The Good Food Institute (GFI), União Vegana de Ativismo (UVA), Vegano Periférico, organizações e movimentos com os quais foram realizados diálogos para construção do caderno.

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana 04117-091 São Paulo - SP

Fone: (11) 5571 4299 - www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
Pandemias e violações de direitos animais.....	10
Bem-estar animal como prioridade das Nações Unidas.....	11
Fauna silvestre no sequestro de carbono.....	15
Animais na ciência.....	17
Além do verde, também o azul.....	18
Brasil sem fome e saudável.....	20
Mercado e indústria.....	24
Pela vida das pessoas e de todos os animais.....	27
Princípios para a construção de um país que respeita os direitos animais	30
Diretrizes à formulação de políticas públicas pelos direitos animais.	33
Golpe e o governo Bolsonaro: retrocessos na agenda pelos direitos animais.....	40
Direitos Animais: propostas para reconstrução e transformação do Brasil.....	43
Animais familiares e domésticos.....	44
Animais silvestres.....	44
Animais ditos de produção.....	45
Animais e ciência.....	46

APRESENTAÇÃO

As imagens de brasileiros mendigando osso na fila de frigoríficos é o retrato de um Brasil que volta ao mapa da fome, arrasado pelo regime bolsonarista e pela COVID-19. Essas questões foram centrais nos debates dos encontros setoriais do recém-criado setorial de Direitos Animais do PT. Não se trata de um setorial para tratar apenas de cães e gatos, embora também sejam importantes. É um setorial que luta pela vida das pessoas e de todos os animais, pois direitos humanos e direitos animais estão conectados. Com mais de 660 mil mortos pelo coronavírus no país, é preciso lembrar que essa doença é uma zoonose, fruto da exploração predatória do ser humano contra o meio ambiente e as outras formas de vida, fruto das nossas escolhas por um modelo de produção que viola os direitos animais e favorece a propagação de doenças.

A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, durante o seminário inaugural do Setorial de Direitos Animais do PT, afirmou acertadamente que “a nossa luta por uma sociedade melhor, na qual não haja explorados nem exploradores, que haja justiça entre a humanidade, ela não prescinde também de uma luta para que a gente no futuro possa ter com certeza a libertação dos animais”. A questão animal será destaque nas eleições de 2022. Cada vez mais, a sociedade se preocupa e reivindica os direitos animais. Em 46% dos lares brasileiros há pelo menos um cão, e em 19% tem pelo menos um gato, sendo que 61% dos tutores consideram seus animais como membros de sua família multiespécie, para os quais reivindicam proteção contra maus-tratos, implantação de políticas de saúde pública. Ademais, 14% dos brasileiros se declaram veganos ou vegetarianos, um universo de 30 milhões de pessoas que decidiram mudar sua alimentação e estilo de vida em respeito aos animais. De forma que é preciso ouvir o que 30 milhões de pessoas estão

falando: precisamos tratar os animais de forma digna, precisamos priorizar um sistema de alimentação que preserve o meio ambiente, os direitos animais e a saúde humana.

Todos estes anseios estão ecoando dentro do maior partido do Brasil. No seu discurso nos 42 anos do PT, o ex-presidente Lula falou do amor que nutrimos por um animal de estimação e que é retribuído por eles. E pontuou que nossa ganância e nosso individualismo está destruindo o planeta, e que somos o predador mais letal que já pisou sobre a face da Terra, levando à extinção incontáveis espécies de animais, ao mesmo tempo em que domesticamos e condenamos outros ao sofrimento mais atroz. É uma sinalização clara que a preocupação com o bem-estar de todos animais deve ser pauta do próximo governo.

No centro do projeto político da esquerda está o compromisso com a justiça, mas historicamente vários grupos foram deixados de fora. Foi preciso muita luta para que mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQs fossem incluídas nesse projeto. Mas ainda tem um grupo que é sistematicamente ignorado: os animais. Incluir solidariedade política com os animais no projeto de sociedade justa que queremos construir é uma das tarefas mais urgentes que temos hoje porque essa luta está relacionada com todas as outras.

Assim, em busca da reconstrução de um Brasil mais justo e solidário para todas as espécies, precisamos promover de forma transdisciplinar a cultura de paz e a não violência contra os animais não humanos, humanos e o ambiente, que são indissociáveis. Estudos revelam que 71% a 83% de quem comete crime contra animais também é violento contra pessoas, sobretudo as mais vulneráveis. De forma que combater a violência contra animais, enfrentar o especismo e todas as demais formas de discriminação

e opressão em nossa sociedade, garantindo direitos e defendendo a democracia e as instituições democráticas brasileiras, promovendo a sustentabilidade em todas as suas dimensões, deve estar na centralidade dos nossos debates.

Nesta caminhada, torna-se imprescindível criar e fortalecer no governo federal uma unidade responsável pela gestão das políticas públicas de direitos animais, preferencialmente uma Secretaria Nacional (à semelhança da Secretaria dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres etc.), possibilitando a articulação das ações nos diferentes ministérios, com servidores e orçamento próprios, bem como criar instâncias permanentes de participação social da sociedade civil nesse setor, como um Conselho Nacional e Conferências Nacionais periódicas para debate, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, além de um marco legislativo para um Sistema Nacional de Defesa dos Direitos Animais.

Outras soluções passam pela valorização de pequenos agricultores, da agricultura familiar e orgânica, livre de agrotóxicos, pela educação pelos direitos animais e ambientais, pela difusão das proteínas vegetais, pelo fim de práticas cruéis na produção animal, pela implantação do SUS Animal, pela substituição dos animais por métodos alternativos na ciência e indústria cosmética. E passam, também, pela possibilidade de o PT inovar, tornando o Brasil um país líder internacional em agricultura celular, onde já é possível produzir carne em laboratório, sem matar nenhum animal. Israel já inaugurou a primeira fábrica do gênero, mas o PT pode fazer com que o Brasil lidere esta nova indústria, onde o mercado de proteínas alternativas deverá valer 1 trilhão de dólares em 2040, ao passo que reduz a emissão de metano, o uso da água e da terra, previne novos surtos virais e liberta do sofrimento bilhões de animais.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e o Partido dos Trabalhadores (PT) não têm medido esforços para elaborar propostas para a transformação do país. Sem perder de vista o legado de mais de quatro décadas da nossa luta e em uma conjuntura bastante difícil, foi elaborado e publicado em 2020 o “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”. O Plano tem uma grande amplitude, mas os desafios e a evolução da conjuntura ambiental, social, econômica e política nacional e global tornam necessárias propostas mais elaboradas na perspectiva de um novo governo progressista.

Nesse contexto, o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Direitos Animais (NAPP Direitos Animais) e o Setorial de Direitos Animais do PT promoveram um amplo diálogo com os movimentos sociais pelos direitos animais. Ao longo de 2021, foram realizadas 28 plenárias e 7 seminários sobre os mais variados aspectos dos direitos animais, cujas ideias foram sistematizadas e utilizadas para a elaboração deste documento. Assim, apresentamos este caderno Direitos Animais como uma contribuição da FPA e do PT para a reconstrução e transformação do Brasil.

PANDEMIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS ANIMAIS

Relatório da ONU de 2013 já indicava que ao menos 70% das enfermidades que apareceram a partir da década de 1940 tiveram origem na exploração animal. A expansão agrícola e a interatividade entre animais humanos e não humanos fizeram com que novas doenças surgissem e se disseminassem rapidamente, como o HIV-1, doença da vaca louca, síndrome respiratória aguda grave, gripe suína, gripe aviária. A COVID-19 é mais um capítulo dessa trágica história, que nos mostra que quando violamos os direitos animais, os humanos também acabam vitimados.

A origem da COVID-19 está ligada à indústria da proteína animal. A fonte inicial do vírus provavelmente foi uma população de morcegos do sudeste da Ásia. Mas a doença só se tornou pandêmica por causa do avanço do capitalismo sobre o mercado de carnes não convencionais, dentre elas o pangolim, provável animal hospedeiro intermediário entre humanos e morcegos. Esse avanço não teria ocorrido se, 1 ano antes da pandemia, mais de 200 milhões de porcos não tivessem sido mortos pela peste suína africana na Ásia, produzindo um alinhamento da indústria de proteína animal em direção a novos patógenos de potencial pandêmico.

A indústria de proteína animal, tal como organizada pelo agronegócio, é uma fábrica de epidemias e pandemias. A ausência de diversidade imunológica e genética de bandos e rebanhos, cujo tempo de vida é ditado pelo ritmo da acumulação, contribui para a seleção de vírus cada vez mais rápidos e mortais. As condições deste modo capitalista de produção de epidemias encontram-se de forma abundante no território brasileiro, seja no desmatamento da Amazônia, seja nas queimadas do Pantanal. A forma de uso do solo define se um espaço se torna produtor de doenças ou se atua como uma barreira agroecológica para a proteção da

saúde humana e animal como um todo. Já é possível identificar um incremento nos índices de hantavirose, causadoras de febres hemorrágicas graves, em regiões onde predomina o monocultivo da soja e do gado bovino. Estima-se que no Brasil existam mais de 500 tipos de coronavírus silvestres diferentes em morcegos. Uma bomba relógio pronta para eclodir se o avanço em cima das florestas não retroceder.

Mas no Brasil também sobram soluções: ao lado do agronegócio produtor de doenças e ameaçado por ele, existe uma enorme diversidade de práticas agropecuárias – patrimônios da humanidade – que primam pela saúde das paisagens e pela amplificação da nossa sociobiodiversidade. Uma transição agroecológica apoiada pelo Estado pode evitar a próxima pandemia, que pode estar sendo cozida neste exato momento no caldo da destruição socioambiental do agronegócio. Para isso, precisamos fortalecer as nossas extraordinárias, mas ainda incipientes experiências de vigilância popular em ambiente, saúde e trabalho, uma tecnologia social desenvolvida pelos brasileiros como estratégia de autoproteção sanitária e um instrumento na luta contra o modo capitalista de produção de doenças.

BEM-ESTAR ANIMAL COMO PRIORIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS

Desde 2012 temos a confirmação científica daquilo que no íntimo todos já sabíamos. Animais não humanos são seres sencientes, com capacidade para sentir dor, medo, alegria, prazer, angústia, de forma consciente; sabem que estão vivos e desejam permanecer vivos, desfrutando de uma vida com o propósito próprio de sua

espécie, com interesses e direitos que merecem ser respeitados tanto quanto os animais humanos. A Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal, escrita por Philip Low, nos leva a refletir que embora haja diferenças biológicas e sociais entre os animais humanos e os não humanos, a capacidade de vivenciar a dor nos iguala e é um convite para ampliarmos nosso círculo de consideração moral e jurídica.

Em março de 2022, o mundo presenciou um marco histórico em Assembleia da ONU para o Meio Ambiente, no Quênia. Pela primeira vez, o bem-estar animal foi reconhecido nas Nações Unidas como prioridade na agenda para o desenvolvimento sustentável. Líderes mundiais, como o ex-presidente Lula, estão sendo chamados para a oportunidade histórica de engajar um novo jeito de cuidar do planeta, com uma visão em favor de todos os seres: humanos e não humanos. Políticas públicas assertivas podem reduzir o sofrimento de bilhões de animais e prevenir futuras pandemias, além de proteger o meio ambiente, combater as mudanças climáticas e, principalmente, acabar com a fome.

Agora com o respaldo da ONU, nossa defesa é pela vida das pessoas e de todos os animais. Até mesmo para aqueles que seguem explorados pela pecuária industrial. Por isso, falamos em nome de 184 milhões de galinhas que vivem suas vidas inteiras dentro de gaiolas com um espaço menor que uma folha de A4 para se locomover. Também em nome de 83 milhões de pintinhos machos que são triturados vivos, apenas porque não são considerados lucrativos. E em nome de 40 milhões de bovinos e suínos que são mortos em abatedouros clandestinos, sem qualquer insensibilização. A lista de violação de direitos animais é longa e anda de mãos dadas com as queimadas no Pantanal e a destruição da Amazônia.

Na raiz desses problemas está uma indústria poderosa, que recebe 12 bilhões e 300 milhões de reais em subsídios governamentais que vêm dos nossos impostos. O Brasil já tem instrumentos normativos suficientes para proteger os animais das crueldades mencionadas, no entanto, esta indústria não cumpre a lei. Mas os ventos da mudança estão chegando. A União Europeia já fixou o prazo de 2027 para banir toda e qualquer produção de animais em gaiolas e desponta no horizonte uma nova economia, movida por pessoas que não querem o crescimento econômico às custas da degradação ambiental e, principalmente, do sofrimento de seres sencientes.

Se ainda não podemos garantir a libertação de todos os animais, assegurar o fim de práticas com crueldade extrema é medida imperiosa que se impõe no século XXI, uma reivindicação de 88% dos brasileiros que se importam com o sofrimento dos animais tidos de produção. Mas o Brasil segue ignorando práticas de bem-estar animal, e na contramão de boa parte do mundo, ainda exporta gado vivo, para atender a interesses de pequena parcela de pecuaristas que deseja lucrar com a tortura e o sofrimento animal. A exportação de gado vivo não é taxada, ela não gera riqueza para o país; a operação também não gera emprego no Brasil, mas nos países compradores, onde o abate é feito.

Em viagem que pode durar mais de 20 dias em alto mar, um único navio chega a embarcar de 20 a 27 mil animais, que enfretarão um longo calvário, mergulhados em fezes, vômito e urina, amontoados uns em cima dos outros, num ambiente insalubre, fétido, sem espaço para locomoção (média de 23 bois dividindo 21 metros quadrados), para encontrar a morte no destino final, o que ocorrerá sem qualquer tipo de insensibilização prevista nas leis brasileiras.

A exposição prolongada aos excrementos lacera o casco do animal, levando a dolorosos processos inflamatórios, que causam hemorragia e geralmente infecções. A concentração de amônia no ar provoca fortes irritação nos olhos dos animais. Cada boi produz cerca de 30 quilos de fezes por dia. O transporte de 20 mil indivíduos produz pelo menos 600 toneladas de dejetos todos os dias. Em 20 dias de viagem são 12 mil toneladas. Em alto mar, esses excrementos são periodicamente lançados à água sem qualquer tratamento, causando impacto ambiental.

A Organização para Alimentos e Agricultura da ONU afirmou que o transporte de animais vivos favorece a propagação de doenças. Animais de diferentes rebanhos são confinados em ambientes estressantes e com pouca ventilação. Sendo indiscutível que os animais têm doenças que podem ser transmitidas às pessoas, os epidemiologistas da ONU estão entre os maiores críticos da exportação de animais vivos. A partir da COVID-19 e a sensibilidade aos riscos que animais doentes podem representar para os humanos, um número crescente de países está limitando ou eliminando totalmente a prática do transporte de animais vivos. Resta saber se nessa economia o Brasil será protagonista ou ficará a reboque. O Brasil que já foi líder de grandes causas no passado, como a luta por acesso a medicamentos contra a AIDS, a promoção de direitos humanos e o combate ao desflorestamento, terá a grandeza de liderar esse novo salto civilizatório, de banir as práticas extremas de crueldade animal.

FAUNA SILVESTRE NO SEQUESTRO DE CARBONO

Dos mamíferos no planeta, 60% são rebanhos (pecuária) e apenas 4% são animais selvagens. Das aves no planeta, 70% são galinhas ou outras aves de criação e apenas 30% são aves selvagens. Os humanos modificaram radicalmente o equilíbrio da vida silvestre na Terra, com consequências danosas para todos.

Por mais estranho que pareça – ainda mais nos dias de hoje –, em 1967, o Brasil liderou o movimento de proteção à fauna silvestre com a aprovação da Lei 5.197. Mesmo com esse histórico, mesmo sendo o país de maior biodiversidade do planeta, não damos a devida importância a esse patrimônio. O maior exemplo disso são os mais de 38 milhões de animais retirados da natureza para serem vendidos como objetos, e os mais de 25 milhões de animais caçados para entretenimento. Essa relação deturpada com nossa fauna pode ser o fruto de novas pandemias, visto que só conhecemos por volta de 1% dos vírus contidos na Amazônia.

Fica claro que precisamos investir em estratégias para tornar a fauna um patrimônio de todos. Nossas crianças precisam reconhecer uma anta, um catetu, antes de reconhecer um leão ou uma girafa. E não podemos mais aceitar a legalização de um comércio cruel que acaba estimulando o tráfico, já que 80% das espécies traficadas são justamente aquelas com criação em cativeiro autorizada.

Sabemos que a economia ainda dita as regras em nosso mundo. Por isso, é preciso pontuar que em países com menos da metade da biodiversidade do Brasil, é possível movimentar mais de 41 bilhões de dólares só com a observação de aves. O que pouca gente sabe é que uma floresta vazia, sem os animais, vai se enfraquecendo e empobrece, impactando no sequestro carbono.

Ou seja, zelar pela preservação dos animais na natureza é também pensar no futuro do planeta, num contexto de políticas contra o aquecimento global. Mas o que vemos no cenário político brasileiro é a tentativa de manter o sistema extrativista, seja para liberar o maior número de espécies para serem comercializadas como PET, ou a dezena de projetos tentando liberar a caça – mesmo contra a vontade de 93% da população.

O Brasil precisa voltar a ser uma liderança nas políticas de proteção animal. Hoje, 1.173 espécies da fauna estão ameaçadas de extinção no país, enquanto a caça esportiva só avança e as práticas extrativistas são exploradas indiscriminadamente, muitas vezes movida pelo capital estrangeiro. É o que ocorre, por exemplo, com a questão dos jumentos, que podem entrar em extinção se o abate desta espécie não for imediatamente interrompido. Além do seu valor intrínseco, os jumentos ocupam um lugar importante na história e na cultura do Brasil. Mas o comércio da pele dessa espécie, usada para produzir o ejiao da medicina tradicional chinesa, está dizimando suas populações. Em 2018, o rebanho de jumentos no Brasil era de menos de 400 mil animais. Com o ritmo atual de matança – aproximadamente 90 mil abates por ano –, esses animais entrarão em extinção no Brasil até o final de 2022, pois não existe reprodução comercial de jumentos. Trata-se de uma atividade extrativista, de inexpressiva arrecadação para o Estado, alta incidência de violação de direitos animais, forte potencial pandêmico, e ameaça à saúde humana. Por outro lado, soluções tecnológicas como a produção do ejiao via agricultura celular – sem abate de qualquer animal – poderia proporcionar um suprimento inesgotável de ejiao e render 4 bilhões de dólares ao Brasil por ano, ao passo que liberta da exploração uma espécie tão emblemática.

ANIMAIS NA CIÊNCIA

Se quiséssemos responder as perguntas a seguir, “Quantos animais são usados em experimentos científicos no Brasil? De quais espécies? Em que tipos de procedimentos? Onde são utilizados? Quem os compra? Quem os vende?”, seríamos capazes de respondê-las? Não. Nem o Ministério da Ciência e Tecnologia, nem o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea), nem as próprias universidades e centros de pesquisa no país conseguiriam dar respostas a essas perguntas tão básicas de forma organizada, rápida e transparente. Esse é um claro indicativo de como o uso de animais pela ciência é terreno de obscuro e controverso acesso. Esse aspecto torna-se ainda mais grave quando verificamos que a maior parte da pesquisa científica feita no Brasil com animais consome recursos públicos, provenientes, majoritariamente da União. Transparência e clareza, portanto, deveriam ser a tônica vigente sobre esse tópico.

É imprescindível que a sociedade civil disponha de um portal da transparência, tanto sobre esses números quanto sobre essas condutas como forma de entender e debater o papel dos animais no avanço científico. Para a própria comunidade científica, tal portal seria, também, de extrema utilidade, uma vez que procedimentos similares realizados em animais, mantidos em laboratórios diferentes, poderiam ser otimizados.

Em paralelo, o fim do uso de animais em testes cosméticos no Brasil já deveria ter sido acolhido. Enquanto na Comunidade Europeia, desde 2013, animais não são mais usados para esse fim, no país um projeto com esse objetivo aprovado na Câmara dos Deputados encontra-se parado há pelo menos oito anos no Senado. Nesse meio tempo, inúmeros animais poderiam ter sido poupados da morte diante das dezenas de métodos alternativos/

substitutivos já validados e consolidados em outros países. Em termos econômicos, o Brasil perde receita ao não poder exportar para países que aboliram essa prática em animais.

Em 2021, o Parlamento Europeu aprovou um plano de ação para acabar com os experimentos com animais na pesquisa científica, para toda a UE, com objetivos ambiciosos e alcançáveis, bem como prazos para a eliminação progressiva da utilização de animais em pesquisas e testes. Entre as medidas sugeridas para facilitar a transição está a criação de fundos para incentivar a adoção de métodos alternativos. O uso de animais pela ciência é um assunto que precisa ser exposto e discutido de forma séria mas, sobretudo, de forma ética. Uma ciência sem ética é um traço que a história da humanidade já viu ser praticada e não quer ver repetida.

ALÉM DO VERDE, TAMBÉM O AZUL

O oceano é o bioma de maior biodiversidade do planeta, responsável por mais da metade do oxigênio que respiramos, absorvendo 90% do calor e 40% do CO₂ emitido por ações humanas. Mas para manter esse papel, é necessário um ecossistema balanceado e a preservação de sua biodiversidade, de forma que proteger os animais marinhos é proteger a nossa própria existência na terra.

A par de sua importância, os ecossistemas oceânicos agonizam. Noventa por cento dos animais mortos ao ano, pelo ser humano, são marinhos, 1 trilhão de animais são mortos por ano com técnicas de crueldade animal e destruição de habitats, como a pesca de arrasto de fundo, que destrói ecossistemas marinhos de maneira irreversível; a pesca à deriva, que estende suas redes por dezenas de quilômetros; a pesca de espindel, que mata

metade dos animais sem intenção de captura, como tubarões, tartarugas marinhas, baleias e golfinhos e aves.

A pecuária e agricultura intensiva também afetam diretamente o oceano pela utilização de peixes como alimento para outros animais, e pela devastação de ecossistemas por agrotóxicos e fertilizantes despejados em sistemas hídricos do país e do mundo. Ademais, 37% dos peixes retirados do mar são usados para alimentar outros animais, como galinhas, porcos ou peixes de aquicultura. A aquicultura não fecha a conta: gasta-se de três a cinco quilos de peixes retirados do mar para alimentar 1 quilo de peixes criados em cativeiro, isso sem contar as pragas e toxicidades que disseminam no ecossistema oceânico, afetando inúmeras espécies.

Além disso, um quinto dos peixes consumidos no mundo vêm de pesca ilegal, não reportada ou não documentada. E 40% dos animais retirados do mar são 'bycatch', ou seja, resultado da pesca não intencional, sendo assim muitas vezes descartados. É o que ocorre com 300 mil baleias e golfinhos mortos por ano, além de milhares de tartarugas marinhas, tubarões e raias em risco de extinção. Não é à toa que 90% da quantidade de grandes peixes no oceano já desapareceu.

O Brasil não sabe o que acontece em 94% das 118 populações de animais marinhos alvo da pesca. Apenas 8,5% estão no seu Plano de Gestão, e somente 3% têm limite de captura estabelecido. Quase metade das pescarias brasileiras estão em áreas sem estatística pesqueira. A parte oceânica no Brasil cobre um território maior que o Estado do Amazonas, mas enquanto em terra 17% das áreas possuem normas para proteção permanente (6% em APPs e 11% em Reservas Legais e RPPNs), somente 2,5% de parte marinha tem proteção. Sistemas de fiscalização marinha são praticamente

inexistentes, com polícias ambientais, secretarias de meio ambiente e outros órgãos públicos carente de recursos e pessoas treinadas.

BRASIL SEM FOME E SAUDÁVEL

Sabemos que o agronegócio tem um peso importante para a economia e não lutamos contra ninguém. Mas nosso sistema de produção é, hoje, como uma lâmpada incandescente: não é eficiente. Tanto que a pecuária usa 84% das terras agrícolas no mundo e só gera 18% das calorias para consumo humano. A pecuária industrial contribui para a redução de oferta global de água e alimentos, considerando a baixa taxa de conversão alimentar. É preciso gastar muito alimento, o qual poderia nutrir diretamente vários humanos, para produzir um pouco de carne. Para cada quilo de proteína animal produzido, os animais consomem, em média, seis quilos de proteína vegetal proveniente de grãos e forragem, além de 15 mil litros de água. Mais de 40% dos grãos mundiais são dados para os animais na produção industrial de carne. Essa falta de eficiência inviabiliza a erradicação da fome no Brasil e no planeta. Num mundo em que 811 milhões de pessoas passam fome, 116 milhões de brasileiros e brasileiras estão em insegurança alimentar no Brasil e mais de 19 milhões não têm o que comer, a urgência de se discutir a redução consciente (não aquela provocada pela miséria das pessoas) de consumo de carne não é mais um projeto utópico de quem ama os animais. É questão de sobrevivência para todos os humanos.

A par da fome e da destruição ambiental que provoca, para lucrar com seu sistema de monoculturas, a indústria capitalista da exploração animal precisa fazer com que acreditemos que proteína

é sinônimo de carne animal; que cálcio é sinônimo de leite de vaca. Ao mesmo tempo que invisibiliza e desacredita todas as fontes vegetais de proteínas e cálcio disponíveis, as quais fornecem os mesmos aminoácidos e outros nutrientes encontrados nas carnes e leites, com a vantagem de não ter gordura saturada, colesterol, ser mais saudável, ter menos impacto contra o meio ambiente, e não produzir sofrimento animal. Oculta, por exemplo, que leguminosas como tremoço, lentilha, feijão, soja, grão-de-bico, amendoim, possuem quantidades equivalentes de proteína da carne e algumas ainda chegam a possuir mais cálcio do que o leite de vaca. Oculta, ainda, que o “leite” da semente de gergelim tem 6 vezes mais cálcio do que o de vaca e ainda tem a vantagem de ser rico em magnésio, essencial para fixar o cálcio nos ossos, coisa que o leite de vaca não faz, mas que a indústria da exploração animal prefere não revelar.

De acordo com a ONU, em 2019, em todo o mundo, matamos pelo menos 80 bilhões de animais terrestres para alimentação humana; um número equivalente a dez vezes a quantidade de humanos. Além disso, mantivemos 8,2 bilhões de fêmeas reféns do sistema de produção de ovos e leites. Além de produzir enorme sofrimento, os animais explorados no modelo capitalista estão suscetíveis a doenças e ao consequente uso intensivo de antibióticos para tentar controlar as infecções, contribuindo para o processo de resistência a antibióticos em humanos. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a resistência aos antibióticos é, atualmente, uma das maiores ameaças globais à saúde. Um número crescente de infecções está se tornando cada vez mais difícil de tratar.

E o problema tende a se agravar. A pressão por consumo de proteína animal vai aumentar nos próximos anos em virtude de dois movimentos: o crescimento populacional e de renda.

Segundo a FAO, teremos um acréscimo de 2 bilhões de pessoas até 2050. À medida que as populações se tornam mais ricas e urbanizadas, elas demandam mais alimentos de origem animal (carnes, peixes, laticínios, ovos). Em países como o Brasil, a carne se torna um símbolo de status social, de poder econômico; ostentar um churrasco no final de semana é motivo de orgulho para os novos consumidores. No entanto, um alto consumo de carnes vermelhas e processadas pode contribuir para uma grande ingestão de gordura saturada e está associada a um risco aumentado de certos tipos de câncer e doenças cardiovasculares. De acordo com a FAO, a adoção de dietas saudáveis – o que implica redução do consumo de produtos de origem animal – levaria a uma redução de até 97% nos custos diretos e indiretos com saúde e entre 41% e 74% no custo social das emissões de gases poluentes até 2030.

E se houvessem alternativas para reduzir o risco das nossas crianças terem hipertensão, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes? E se economizássemos mais de 110 bilhões de reais por ano das despesas com saúde pública? A resposta está nas proteínas vegetais, como o nosso popular feijão, presente em todas as regiões do país. Cada região tem o seu feijão do coração: carioca, preto, de corda, fradinho. Mas este curinga protéico a cada ano perde mais espaço de plantio, para culturas como soja e milho que vão alimentar o gado. O consumo desse ouro está caindo e, junto com isso, as doenças crônicas vêm aumentando e matando. Precisamos reconhecer o valor e a potência do feijão.

Essa caminhada pode começar nas escolas e outros serviços públicos, com a implantação de pelo menos um dia na semana para priorização da alimentação à base de vegetais, sem carnes ou derivados, dando protagonismo ao feijão e ao que vem da terra. Trata-se de um convite e uma oportunidade para que cada brasileiro possa comer melhor, com mais justiça, equidade, sustentabilidade, e saúde.

Para parcela considerável da população, que ainda convive com dificuldades financeiras, despejos por falta de aluguel, cortes de água e luz, passam fome e têm uma péssima alimentação, a comida da escola muitas vezes é a principal refeição do dia. Por isso, o cardápio das escolas não pode ser apenas macarrão com salsicha ou ovo. Precisamos garantir que nossas crianças tenham acesso à comida boa, nutritiva, gostosa, sem agrotóxicos, saudável.

No entanto, hoje o PNAE estabelece que é obrigatório a inclusão de fontes de ferro heme (que é de origem animal) no mínimo 4 dias por semana nos cardápios escolares, porém, essa obrigatoriedade é contrária às normativas da Constituição Federal, ao promover práticas de alimentação que causam doenças, tendo em vista que o ferro heme é comprovadamente nocivo à saúde humana, aumentando significativamente o risco para doenças cardiovasculares e câncer. E sabemos que quem mais sofre com as consequências de uma péssima alimentação são os mais pobres.

Quando a carne é a protagonista no prato, os ruralistas são os protagonistas no campo. Mas quando a alimentação tem como protagonistas vegetais frescos, a agricultura familiar é colocada no centro. Alimentação vegetal é resistência contra um sistema que causa fome, miséria, concentração fundiária, genocídio indígena e ameaça à saúde do planeta.

Atualmente o PNAE determina que 30% da merenda escolar venha da agricultura familiar. Queremos que passe para 70%, valorizando alimentos in natura e minimamente processados, e dando prioridade a sistemas agroecológicos. Que a base da merenda seja vegetal, e que a carne, quando ela aparecer no cardápio, seja um acompanhamento. E que isso seja ampliado pros IFs, UFs e restaurantes populares. E como a nossa ousadia é sonhar, que vegetais agroecológicos preencham os pratos nos hospitais

públicos e nas prisões também. E que estejam em todos os bairros, em todas as periferias, com acesso facilitado e preço justo, pois comida boa deveria ser direito assegurado a todos e todas.

Enquanto o agro avança com seu projeto de destruição, a agricultura familiar perdeu 2,2 milhões de postos de trabalho entre 2006 e 2017. A hortifruticultura necessita de muita mão de obra, e é uma atividade rentável numa escala de produção reduzida. Cerca de 19 milhões de novos empregos podem ser criados na América Latina com a adoção de alimentos à base de plantas cultivadas, usando métodos agrícolas sustentáveis. Então, viabilizar o aumento do consumo de frutas e verduras gera renda no nível local, além de fortalecer políticas de segurança alimentar, e contribuir com o direito à alimentação saudável e adequada.

Filhos e filhas de agricultoras e agricultores comem a merenda nas escolas públicas, almoçam nos restantes universitários. Essas pessoas são usuárias do SUS e frequentam restaurantes populares. Estaríamos fortalecendo o público usuário de políticas públicas, e isso se transforma em cidadania. Nossas pautas estão alinhadas. Superar a exploração animal significa mudar radicalmente de sistema alimentar e construir relações mais justas. Podemos alimentar a juventude, alimentar quem alimenta, e alimentar a utopia.

MERCADO E INDÚSTRIA

A indústria que já representou 30% do PIB no Brasil, hoje encolheu para 10% a 11%. O presidente Lula tem afirmado que precisamos de uma nova política industrial, e o ponto de partida é discutir que nicho de indústria vamos querer no país, para voltar a ser competitivo. Neste cenário, a indústria das proteínas alternativas

desponta como uma possibilidade capaz de alimentar um contingente muito maior de pessoas do que a indústria de carne convencional, ao passo que também favorece a criação de mais e melhores empregos, traz maior arrecadação para o Estado, e favorece práticas mais sustentáveis para o clima e o meio ambiente.

Precisamos olhar a cadeia de alimentos de forma sistêmica. A escassez de alimento está intrinsecamente ligada ao fato de produzirmos comida para dar aos animais e depois comê-los num cálculo ineficiente. Para cada caloria que tiramos da carne, são 10 calorias que foram dadas ao animal ao longo da vida. São 75% das terras aráveis do planeta, gerando 12% das calorias consumidas por humanos. Produzimos vegetais, transformamos em ração, damos aos animais, eles consomem, metabolizam, e o animal vira comida uma vez só. Não se discute emergência climática, pandemias, fome e a falta de disponibilidade de alimentos sem discutir o quanto a pecuária onera o sistema de produção agropecuário.

Ao substituir a carne por proteínas vegetais, liberamos áreas de plantio, diminuindo a quantidade de água usada pelo sistema de produção de alimentos. Ao usar suplementos que já produzimos e colocar na aveia, na farinha, teremos amplo acesso a suplementação sem perda metabólica com muito mais eficiência. A soja que é produzida em larga escala se destina para alimentação de animais. Diminuir o consumo de animais diminui as monoculturas de produção de grãos. Toda categoria de proteína alternativa tem potencial de evoluir para outras rotas. O feijão quebrado, que não é vendido, e é prejuízo para o agricultor pode ser usado para fazer hambúrgueres. Temos infinitas possibilidades com as produções de grãos brasileiros.

Carne sempre virá do animal, mas a indústria da proteína alternativa pode ser alimentada pela agroecologia, pelo pequeno

produtor, promovendo um processo democrático no campo. A indústria de produção de carnes e laticínios vegetais possui um sistema de produção mais eficiente, pois mudou a equação da gôndola para trás, com investimentos em novas tecnologias na agroindústria brasileira, e da gôndola para frente, ao proporcionar que possamos consumir produtos similares ao que já estamos acostumados, mas sem colaborar com a formação de doenças zoonóticas, escassez de alimentos e sem maltratar animais.

No entanto, é preciso estabelecer políticas de desenvolvimento industrial, investir em ciência, capacitação de produtores rurais, cadeia de impostos competitiva, ambientes de inovação para startups, para que a indústria à base de plantas ganhe proporções maiores. Pois é possível colocar comida no prato de todos de forma mais saudável, sustentável e ética, e ainda gerar mais impostos e melhores trabalhos.

Soluções à base de plantas já estão no mercado. Mas ainda há espaço para crescimento e inovação. É o caso da tecnologia de carne cultivada, capaz de produzir carne similar a convencional, mas sem abater nenhum animal. A ideia é simples: em vez de se criar um boi e esperar por anos para o abate e ter poucos quilos de picanha, você usa as melhores células do melhor indivíduo da melhor raça e produz a picanha diretamente em um biorreator em poucas semanas. Você preserva o animal, a carne fica pronta em menos tempo, com 92% menos impacto no aquecimento global, 93% menos poluente, 78% menos desperdício de água e 95% menos utilização de terra para pastagens.

No Brasil, algumas empresas e universidades estão se dedicando ao desenvolvimento desta tecnologia. Estamos apenas no começo, mas o desenvolvimento se mostra promissor e o futuro vem chegando rápido. É preciso pensar e criar regulações e legislações favoráveis ao desenvolvimento desta nova indústria.

Com a tecnologia da carne cultivada, é possível crescer carne em unidades que poderiam estar estrategicamente posicionadas ao redor do país. A carne não precisa crescer onde é bom para o boi. Ela pode crescer onde é bom para as pessoas. E se eu posso “construir” a carne, posso colocar nela o que for preciso para atender a um programa nutricional. Podemos fortificar essa carne com aquilo que for necessário para uma determinada época do ano ou para uma determinada localização geográfica. A carne cultivada pode ser mais uma ferramenta nas políticas de combate à fome e impulsionar uma nova indústria no Brasil.

PELA VIDA DAS PESSOAS E DE TODOS OS ANIMAIS

O Partido dos Trabalhadores surgiu da necessidade sentida por milhões de brasileiros e brasileiras de intervir na vida social e política do país para transformá-la. Desde então, o PT vem sendo protagonista em encampar reivindicações da classe trabalhadora, do campo e da cidade, do movimento feminista, lgbtqia+, contra o racismo e todas as formas de opressão intra-espécie humana. Com o tempo, a sociedade vai se modificando e novas pautas e reivindicações sociais assumem importância.

Com o reconhecimento da senciência animal, de que todos os animais sentem de forma consciente, a defesa dos direitos animais conquistou relevância em todas as camadas da sociedade. Assim, pela vida das pessoas e de todos os animais, nasceu o movimento pela fundação do Setorial de Direitos Animais do Partido dos Trabalhadores, a partir da percepção de que:

A população brasileira se interessa pelos direitos animais. Animais não votam, mas seus tutores sim. O Brasil tem a segunda

maior população de cães e gatos e é o terceiro maior país em população total de animais de estimação. São 54 milhões de cães e 23 milhões de gatos. Em 46% das famílias brasileiras há pelo menos um cachorro, e os gatos fazem parte de 19% dos lares (IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde, 2019). Além disso, 14% da população brasileira se declara vegetariana (IBOPE Inteligência, 2018); um universo de 30 milhões de pessoas, das quais cerca de 7 milhões são veganas, ou seja, se preocupam tanto com os direitos animais a ponto de excluírem de sua alimentação, vestuário e cosméticos qualquer item que os explorem.

A saúde humana depende do respeito aos direitos animais. Relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU / FAO, 2013) indicou que ao menos 70% das enfermidades que apareceram a partir da década de 1940 teve origem na exploração animal. A expansão agrícola e a interatividade entre homens e animais fizeram com que novas doenças surgissem e se disseminassem rapidamente, como HIV-1, encefalopatia espongiforme bovina, síndrome respiratória aguda grave (Sars) e diversos vírus da gripe (suína, aviária etc.). A COVID-19 é apenas mais um capítulo dessa tragédia.

O Brasil sem fome e com água para todos passa pelo respeito aos direitos animais. Refletir sobre os direitos animais significa também pensar num mundo melhor para os animais humanos, com comida na mesa e água para todos e todas. Basta lembrar que mais de 40% dos grãos mundiais são utilizados para alimentação de animais destinados ao abate. Para se produzir um quilo de proteína animalizada é necessário investir quase seis quilos de proteínas vegetais. Ou seja, a diminuição do consumo de carne traria maior oferta de alimentos para todos, ao mesmo tempo em que libertaria da exploração bilhões de animais. Além disso, a pecuária consome a maior parte de água doce do mundo. Para

produzir um quilo de carne são necessários 15 mil litros de água; para produzir um quilo de trigo, apenas 900 litros. Tudo isso são questões que importam às pessoas: garantir alimento para todos, preservar as florestas e a água doce.

Todas as formas de opressão estão conectadas. Sabemos o quanto é difícil pensar em direitos animais em um mundo em que os direitos humanos são colocados à prova todos os dias. Apesar do reconhecimento formal, negros, mulheres, indígenas, pobres, precisam se afirmar todos os dias como humanos portadores de direitos e lutar por seu lugar ao sol. Muitos irão questionar a pertinência de se investir esforços nesta causa, quando ainda há tantas lutas a serem travadas pela vida da nossa própria espécie. Mas a verdade é que lutar pelos direitos animais fortalece a luta pelos direitos humanos, pois a base das opressões e violências são as mesmas: a tradição, o capitalismo, o patriarcado, o racismo, a xenofobia, o especismo. Trata-se sempre da subjugação do mais fraco pelo mais forte. De forma que sem desafiar a falsa divisão entre animais humanos e não humanos, a libertação de ambos está destinada a falhar. Não é coerente gritar por liberdade, enquanto bilhões de animais seguem confinados em estábulos e granjas, destinados a uma vida de miséria e dor; não há como bradar por justiça, enquanto seguimos explorando seres sencientes, para nossa própria conveniência; não é possível conceber igualdade, enquanto considerarmos que a nossa dor é mais relevante do que a de outras espécies; não se pode vislumbrar a paz, sem praticar a solidariedade para além da espécie humana.

O PT reafirma seu compromisso de luta pela vida ao defender os direitos animais. Hoje, a pauta dos direitos animais vem sendo instrumentalizada por parlamentares de direita e extrema direita; são pessoas que se aproveitam do apelo da causa, e com uma mão assinam iniciativas que beneficiam alguns animais (geralmente

cães e gatos), mas com a outra apoiam o desmatamento, as queimadas, a liberação de agrotóxicos, o agronegócio, o que prejudica um conjunto muito maior de animais humanos e não humanos. Sendo o maior partido do Brasil, o PT – que no manifesto de sua fundação firmou que “buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, na qual não haja explorados nem exploradores” – tem um papel fundamental na construção de uma nova sociedade, na qual se reconheça que os direitos animais também é uma questão de direitos humanos, que a libertação de animais humanos e não humanos caminham juntas.

Quando violamos os direitos animais, os humanos também acabam vitimados, seja pela proliferação de pandemias, pelo impacto da degradação ambiental no clima, pela repercussão na saúde, pelos desdobramentos na segurança e soberania alimentar. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores se credencia na vanguarda da luta pela vida no planeta e se franqueia junto às organizações civis e movimentos populares que queiram compor uma frente ampla de defesa animal, numa caminhada pautada pelos seguintes princípios:

Princípios para a construção de um país que respeita os direitos animais

Senciência – Animais não humanos são seres sencientes, com capacidade para sentir dor, medo, alegria, prazer, angústia, de forma consciente; sabem que estão vivos e desejam permanecer vivos, desfrutando de uma vida com o propósito próprio de sua espécie, com interesses e direitos que merecem ser respeitados tanto quanto os animais humanos. Embora haja diferenças biológicas e sociais entre os animais humanos e os não humanos, a capacidade de vivenciar a dor nos iguala e é um convite para ampliarmos nosso círculo de consideração ética, moral e jurídica.

Dignidade – O direito constitucional a uma existência digna é extensivo aos animais não humanos. A dignidade baseia-se no reconhecimento de a pessoa digna ser respeitada. O que faz alguém ser digno é não o transformar em mero objeto da vontade alheia. Toda vida animal possui um valor intrínseco, um fim em si mesmo, é, portanto, digna. Animais não são “coisa”, são sujeitos de direito. Possuem direitos materiais subjetivos, substanciais, peculiares a cada espécie, com direito a viver uma vida livre de sofrimento, exploração e dor, em liberdade, com integridade física, moral e psicológica. O direito constitucional a uma existência digna é extensivo aos animais não humanos. A dignidade baseia-se no reconhecimento de a pessoa digna ser respeitada. O que faz alguém ser digno é não o transformar em mero objeto da vontade alheia.

Antiespecismo – O especismo é a crença de que certas espécies são mais importantes do que outras; de que algumas possuem mais direitos do que as demais. O termo é usado para se referir à discriminação que envolve atribuir à espécie humana mais valor do que as demais. Também se refere à atribuição de valores e direitos diferenciados entre animais não humanos. Se pautar pelo antiespecismo é lutar pelo reconhecimento de que nenhuma vida vale mais do que a outra.

Não violência – Para existir, o ser humano não precisa ferir outras pessoas, animais ou o meio ambiente. Todos desejamos a felicidade e queremos evitar o sofrimento. O princípio da não violência nos impele à prática pessoal de não causar sofrimento a si próprio ou a outros seres sencientes, e nos afasta de ações que prejudicam ou violentam a experiência ou a expectativa de felicidade de outros animais humanos e não humanos.

Universalidade – A Constituição Federal não tolera discriminação. Igualmente aos humanos, os demais animais são e devem ser

reconhecidos como titulares de direitos fundamentais próprios. Nesse sentido, poder público e sociedade devem promover a universalidade protetiva, proibindo-se condutas que sonaguem os direitos fundamentais de espécie ou grupo animal, inclusive nos âmbitos legislativo e administrativo.

Primazia da liberdade natural – Primar pela liberdade natural converge com o respeito à dignidade animal e compreende que os animais, em especial os silvestres, têm direito à vida e à liberdade natural, devendo ser prioritariamente restituídos ao seu habitat, onde podem manifestar o seu comportamento natural, rejeitando práticas injustificadas para sua manutenção em cativeiro.

Educação animalista – É dever constitucional do Estado promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. A educação animalista se insere nesse dever e prevê a implementação de programas e políticas educacionais que colaborem para o reconhecimento da dignidade animal, dos direitos fundamentais animais e da proibição das práticas cruéis, possibilitando a escolha de hábitos de consumo mais conscientes, éticos e direcionados à construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária para todos, independentemente de espécie.

Proibição do retrocesso – Em se tratando de direitos fundamentais, este princípio constitucional reivindica a manutenção das conquistas legislativas e jurisprudenciais, impedindo que novas decisões, novas leis possam significar a abolição, a redução ou a ineficácia dos avanços e conquistas alcançados, determinando a preservação e a garantia de um conjunto de proteções ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incluindo-se a proteção aos animais.

Saúde única – considerando a visão sistêmica da vida planetária, é necessário tratar de forma integrada, a vida dos animais humanos, não humanos e meio ambiente, para que o bem-viver ecocêntrico seja possível.

Família multiespécie – As dinâmicas e estruturas das famílias, historicamente constituídas, são, cada vez mais, plurais. Mais do que por laços consanguíneos, se estruturam a partir do afeto, solidariedade e reconhecimento. Nesta perspectiva, as famílias multiespécies traduzem as possibilidades das espécies companheiras – humanas e não humanas – compartilharem suas vidas.

Diretrizes à formulação de políticas públicas pelos direitos animais

1. Denunciar e combater a violência contra animais humanos e não humanos, contribuindo para o estabelecimento de uma cultura de paz e não violência, que leve em consideração a vida de todos os seres sencientes;
2. Denunciar e combater o especismo que – assim como patriarcalismo, sexismo, racismo, LGBTfobia, capacitismo, misoginia, xenofobia, aporofobia, etarismo – impede a construção e a consolidação de uma sociedade justa, solidária, livre de exploração, discriminação e opressão;
3. Apoiar, incentivar e promover iniciativas de inclusão da temática dos direitos animais em todos os níveis e esferas governamentais;
4. Apoiar e promover campanhas e ações de conscientização pelos direitos animais em todos os níveis e esferas governamentais;
5. Estimular e fortalecer as frentes parlamentares pelos direitos animais;

6. Apoiar e incentivar a criação de fundos municipais, estaduais e nacionais de proteção dos direitos animais, para promoção de políticas públicas e articulação de ações do Estado, da sociedade civil e comunidade internacional;
7. Apoiar e incentivar a criação de Conselhos de Direitos Animais e a participação popular nas instâncias municipais, estaduais e nacionais de debate e deliberação sobre direitos animais;
8. Apoiar, incentivar e promover iniciativas de inclusão da temática dos direitos animais nas redes pública e privada de ensino de todos os graus;
9. Cobrar transparência nos procedimentos dos órgãos competentes com publicação sistemática de dados como: número de animais acolhidos, número de animais castrados e identificados (microchipagem), adotados e eutanasiados/ motivo;
10. Apoiar e incentivar a reabilitação e adoção de animais acolhidos em abrigos e órgãos competentes;
11. Apoiar e incentivar campanhas de conscientização e políticas públicas de castração gratuita de animais domésticos, em especial daqueles sob a guarda de tutores de baixa renda, assim como os animais comunitários e em situação de rua;
12. Apoiar e incentivar campanhas de conscientização e políticas públicas de castração gratuita de animais, em especial daqueles sob a guarda de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS), ONGs, protetores independentes e tutores de baixa renda e vulnerabilidade social, assim como os animais vítimas de acumulação, em situação de rua e os comunitários;
13. Apoiar e incentivar a adoção de animais domesticados, com programas de conscientização para guarda responsável e fim da

reprodução comercial desses animais;

14. Apoiar e incentivar iniciativas de criação e expansão de unidades de saúde para atendimento e tratamento gratuito de animais, em especial daqueles sob a guarda de tutores de baixa renda, assim como de animais comunitários e em situação de rua;

15. Atuar pelo fim da exploração da mão de obra de animais não humanos, tais como na tração de veículos (carroças, charretes), os cães de guarda, cães e cavalos policiais, entre outros;

16. Atuar pelo fim de fogos de artifício, bombas, morteiros, buscapiés e demais materiais pirotécnicos ou explosivos ruidosos, com a finalidade de entretenimento humano, em espaços públicos e privados;

17. Atuar pelo fim de espetáculos e esportes com a apresentação e exibição de animais de qualquer espécie para entretenimento humano;

18. Atuar pelo fim do incentivo fiscal, por meio de bancos de fomento, para atividades que envolvam a exploração animal;

19. Lutar e apoiar leis mais rigorosas que apliquem multas severas, inclusive com previsão de desapropriação de terras, em situação de desrespeito e abuso aos animais;

20. Atuar pela transformação de zoológicos em Santuário ou em Centros de Reabilitação, Reprodução e Conservação para espécies ameaçadas de extinção, acolhimento de animais silvestres, nativos ou exóticos, vítimas de acidente, exploração, maus-tratos, abandono, atropelamento, queimada, tráfico, visando o tratamento e reintegração ao seu habitat sempre que possível;

21. Apoiar o fortalecimento e a atuação integrada de estruturas públicas de fiscalização e preservação da vida animal, cobrando dotação orçamentária, concursos públicos para provimento de pessoal, de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), Delegacias Especializadas em Crimes Ambientais (DEMA) etc.

22. Atuar pela elaboração de lei federal para a criação, nos municípios, de Conselhos Tutelares de Proteção aos Animais, com atuação permanente, não jurisdicional, encarregados de zelar pela proteção e defesa dos animais, e pelo apoio a ONGs e protetores;

23. Atuar pela destinação de verbas públicas para manutenção de abrigos de animais vítimas de abandono e maus-tratos;

24. Atuar pela aprovação do SUSANA, com recursos públicos, previstos nos processos e peças orçamentárias, executado por profissionais concursados, e com interfaces com as políticas públicas convergentes;

25. Atuar pelo fim da utilização de animais vivos para estudos em instituições de pesquisa e de ensino, incentivando a utilização de métodos alternativos;

26. Atuar pelo incentivo da pesquisa e concessão de bolsas de estudos para métodos alternativos sem exploração animal;

27. Atuar pelo fim da utilização do uso de animais vivos em testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, limpeza e perfumaria, incentivando a utilização de métodos alternativos;

28. Atuar pela proibição da exportação de animais vivos, para fins de abate no destino final;

29. Atuar pelo fim da criação e abate de animais para o comércio de pele, incentivando a utilização de materiais alternativos;
30. Atuar pelo fim de atividades de caça esportiva e venda de armas de fogo;
31. Atuar pelo fim da utilização de superfícies espelhadas em fachadas de edifícios, por levar a óbito milhares de pássaros que colidem com o reflexo do céu;
32. Retomar o censo da pesca para a visão sistêmica do impacto humano no oceano e investir em pesquisa para a conservação do oceano para compreender a saúde populacional das espécies-alvo da pesca e o impacto humano no oceano;
33. Promover a Cultura Oceânica nas escolas públicas do país, para a disseminação da informação para futuras gerações da importância de proteger o nosso oceano nas décadas cruciais para a sua sobrevivência;
34. Incentivar municípios e estados a melhorarem a fiscalização do turismo embarcado de observação de animais marinhos, seguindo as leis hoje vigentes;
35. Atuar pela aprovação de lei da pesca, para melhor definir a pesca dita artesanal, permitir a regulamentação e fiscalização da área cinzenta de empresas de pesca ditas artesanais, mas que dizimam o oceano costeiro e afetam diretamente pescadores tradicionais os quais verdadeiramente dependem da pesca para sua sobrevivência;
36. Proteger áreas costeiras como mangues e restingas, berçários essenciais para a vida marinha e proteção costeira, freando o urbanismo exacerbado e o turismo sem regulamentação;

37. Atuar pelo estabelecimento de 30% de áreas marinhas protegidas permanentemente;
38. Atuar pelo fim do cativeiro de animais marinhos e turismo em torno dos animais em reabilitação;
39. Fornecer educação oceânica e treinamentos qualificados à linha de frente dos órgãos de fiscalização, além de recursos e estrutura para combater as violações;
40. Apoiar e incentivar a capacitação de profissionais da área da saúde para difusão dos benefícios da dieta vegetariana estrita;
41. Apoiar e incentivar a difusão da alimentação vegetariana estrita, inclusive com valorização de pequenos agricultores, da agricultura familiar, orgânica e permacultura, livre de agrotóxicos;
42. Atuar pela sensibilização sobre o veganismo, como um conceito político, assentado no princípio do antiespecismo, com objetivo de extinguir todo tipo de exploração de animais;
43. Apoiar e incentivar a oferta de refeições vegetarianas estrita em estabelecimentos públicos e privados, incluindo a rede de ensino, saúde, assistência social e de privação de liberdade;
44. Atuar pela obrigatoriedade de informar na rotulagem dos produtos de forma clara e legível a presença de ingredientes de origem animal, em qualquer quantidade e/ou processo;
45. Atuar pela aprovação de incentivos fiscais e tributários a empreendimentos livres de exploração animal;
46. Atuar pelo fim da veiculação de propaganda incentivando o consumo de produtos de origem animal;

47. Atuar pela aprovação da obrigatoriedade de informar no rótulo os riscos à saúde humana do consumo de produtos de origem animal, incluindo os lácteos e derivados;

48. Atuar pela preservação das florestas, rios, nascentes, e toda vida selvagem, bem como promover a conscientização sobre o impacto da pecuária na devastação ambiental, com repercussão no clima e na proliferação de pandemias;

49. Atuar pelo fim da chamada “lista pet”, pois animal silvestre não é animal de estimação;

50. Atuar pelo fim da criação intensiva de animais, em especial pelo banimento das gaiolas de gestação para porcas reprodutoras e das baterias de gaiolas para galinhas poedeiras; pelo fim do confinamento de vitelos; pelo fim da criação de peixes em gaiolas flutuantes; pelo fim do transporte de cargas vivas; pois são práticas que violam a vedação constitucional de maus-tratos a animais, os privam da liberdade para expressar o seu comportamento natural e ferem o direito ao bem-estar animal;

51. A pesquisa em agricultura celular, para produção de carne animal sem abate (carne de laboratório), com 80% menos emissão de gases de efeito estufa, 96% de economia na água, e 99% de redução no uso de terras usadas para a pecuária, para prevenir novos surtos virais e libertar da exploração bilhões de animais.

52. Incentivar investimentos públicos para as novas tecnologias de produção de carnes de laboratório, em escala industrial, por meio dos bancos públicos de fomento, nacional e estaduais;

53. Atuar pelo reconhecimento legal e jurídico da família multiespécie, formada pelo núcleo familiar humano em convivência compartilhada com os animais não humanos.

GOLPE E O GOVERNO BOLSONARO: RETROCESSOS NA AGENDA PELOS DIREITOS ANIMAIS

O golpe de 2016 e o governo Bolsonaro dão início à implantação no Brasil de uma antipolítica pelos direitos animais, com a aprovação e incentivo de uma crescente lista de práticas contrárias ao bem-estar animal de diferentes espécies no Brasil:

1. Apresentou 10 decretos presidenciais, 14 portarias, dois projetos de lei e uma resolução para flexibilizar o uso de armas, o que representa um risco direto à vida das pessoas e dos animais;
2. Bateu recorde na liberação de agrotóxicos que matam polinizadores como as abelhas;
3. É a favor da caça e da pesca esportiva, inclusive em áreas de conservação ambiental permanente e reservas da vida marinha;
4. Apoia práticas esportivas cruéis contra animais, como rodeios, vaquejadas, prova de laço, que já foram declaradas inconstitucionais pelo STF, pelos maus-tratos inerentes a elas;
5. Não se preocupa com o aumento do número de espécies de animais ameaçadas no país; inclusive mandou ocultar a lista de animais aquáticos ameaçados, para não prejudicar o setor da pesca;
6. Não leva a sério as mudanças climáticas, nem mesmo o impacto ambiental, causados sobretudo pela ação da pecuária; a média anual de desmatamento na Amazônia aumentou mais de 81% nesse período de pouco mais de 3 anos;
7. Defende a flexibilização de leis que permitem atividades que impactam a vida dos animais silvestres, como a mineração e o comércio de madeira, inclusive em reservas indígenas;

8. Ampliou o rol de destinos para a exportação de gado vivo para abate fora do país. Embarcações com até 27 mil animais passam mais de 20 dias em alto mar, sofrendo toda sorte de maus-tratos;
9. Nunca cumpriu com a promessa de campanha de criar uma Secretaria dos Animais. Em vez disso, criou uma coordenação para cuidar apenas de cães e gatos, uma pasta meramente figurativa que não tem nenhuma política de atuação efetiva para essas duas espécies;
10. Vem promovendo o enfraquecimento e o desmonte de órgãos de proteção ambiental e animal, como o Ibama e o ICMBio, com a diminuição da tutela e fiscalização do Estado;
11. Mesmo com recorde de queimadas no Pantanal (2020) e na Amazônia (2021), enchentes em diferentes regiões do país (2021 e 2022), segue sem adotar um plano nacional de contingência de desastres em massa envolvendo animais;
12. Não apoia a substituição da tração animal por tração elétrica; o Ministério do Meio Ambiente divulgou nota alegando que “puxar carroça é benéfico aos animais”;
13. Publicou a Portaria nº 365, do Ministério da Agricultura, em que regulamenta dentro de um protocolo de “bem-estar animal” o abate de vacas grávidas com até 90% do ciclo de gestação (várias chegam a dar à luz momentos antes de serem abatidas);
14. Publicou Instrução Normativa nº2/2020, pelo Mapa, que incentiva a produção de vitela no país, com desmame do bezerro aos 42 dias e abate com peso a partir de 160 quilos;
15. Atualizou o Decreto nº 4.895, facilitando ainda mais o estabelecimento de aquicultura em áreas protegidas pela União, como por exemplo mangues e áreas costeiras marítimas;

16. Com a Portaria nº 115/2021, do Mapa, autorizou a retomada da pesca de arrasto que estava proibida no RS, uma prática que prejudica espécies não alvo, com a “captura acidental”, e destrói leitões de mar responsáveis pela sobrevivência de espécies e retenção de carbono;

17. Aprovou para o PNAE a Resolução nº 6/2020 que tornou obrigatória a presença de alimentos fonte de ferro heme (apenas presente em carnes) na alimentação escolar, com referências ultrapassadas, inviabilizando boa parte do abastecimento pela agricultura familiar.

O Brasil pós-Bolsonaro precisará de políticas públicas consistentes e muita organização e mobilização popular. Além de enfrentarmos nossos desafios históricos – como a desigualdade social – precisaremos enfrentar os retrocessos produzidos pelo atual governo. Por isso, buscando um horizonte ético, justo, solidário e inclusivo para com todos os seres sencientes, o PT e a FPA apresentam propostas para reconstrução e transformação do Brasil para um novo país, com dignidade e equidade.

DIREITOS ANIMAIS: PROPOSTAS PARA RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional e são seres sencientes, passíveis de sentir, de forma consciente dor, amor, medo, prazer, sofrimento. Todos os animais têm direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com a diversidade das espécies, raças e indivíduos, sendo necessário formular políticas públicas específicas para cada grupo.

Para além do direito intrínseco que cada animal possui, a vida humana é indissociável da natureza e dos animais. Assim, quando violamos os direitos animais, os seres humanos também acabam vítimas, seja pela proliferação de pandemias (como a COVID-19), pelos efeitos no clima e degradação ambiental, pela repercussão na saúde, e pelos desdobramentos na segurança e soberania alimentar.

A preocupação com o bem-estar dos animais e o repúdio a atos cruéis, degradantes e dolorosos contra esses, são exigências da sociedade brasileira e valores protegidos pelo Estado brasileiro. Assim, buscando um horizonte ético, justo, solidário e inclusivo para com todos os seres, temos como prioritário:

1. Reconhecer constitucionalmente a Senciência Animal e os Direitos da Natureza, promover uma educação baseada na empatia e no respeito aos animais;
2. Criar a Secretaria Nacional de Direito Animal, vinculada à Presidência da República, com coordenações específicas para proteção de animais domésticos, silvestres (terrestres e aquáticos), e os utilizados na produção e na ciência;
3. Criar o Conselho Nacional de Direitos Animais, com participação popular e da sociedade civil, e realizar Conferências Nacionais

periódicas para debate, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, além de atuar pela aprovação de um marco legislativo para criação do Sistema Nacional de Defesa dos Direitos Animais;

Animais familiares e domésticos

4. Implantar o programa permanente de esterilização de cães e gatos, em conjunto com Estados e Municípios, com atendimento prioritário de tutores de baixa renda, de animais comunitários ou ferais e aqueles sob a tutela de protetores e ONGs, com um sistema nacional de registro e identificação de cães e gatos (microchipagem e banco de dados nacional), levantamento censitário periódico, suporte à prática de CED (captura, esterilização e devolução), promoção de campanhas educativas para o bem-estar e saúde animal, e sensibilização contra o abandono e maus-tratos;

5. Criar o Conselho Tutelar de Proteção Animal, em conjunto com estados e municípios, responsável pelo acompanhamento de casos de maus-tratos, pela assistência a animais em estado de vulnerabilidade, e pelo apoio a ONGs e protetores, com estabelecimento de parcerias efetivas com serviços sociais e de segurança pública, com a fiel execução da norma punitiva do artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/98, que tipificou a prática de maus-tratos aos animais;

6. Criar o Sistema Único de Saúde Animal (SUS ANIMAL) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU Animal), em conjunto com estados e municípios, em consonância com o conceito de Saúde Única, por ser indissociável a saúde animal, humana e ambiental;

7. Atuar pela substituição da tração animal por veículos alternativos, como os elétricos, com capacitação e organização dos trabalhadores para migração para o novo modelo;

8. Implantar o Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais;

9. Atuar pelo fim de espetáculos com a exploração de animais para entretenimento humano;

Animais silvestres

10. Devolver o Brasil para a vanguarda da proteção a fauna silvestre, atuando contra a legalização da caça esportiva e por maior controle da pesca, com proteção de áreas costeiras, como mangues e restingas, com no mínimo 30% de áreas marinhas protegidas permanentemente, retomar o censo da pesca e promover os direitos animais e a cultura oceânica nas escolas;

11. Combater o tráfico de animais silvestres, terrestres e aquáticos, fortalecendo os órgãos de fiscalização, tipificar e tornar o tráfico um crime de maior potencial ofensivo, bem como atuar pelo fim da importação de animais selvagens para se tornarem atrações em zoológicos ou aquários;

12. Atuar pelo fim da exploração comercial dos animais silvestres, transformando o Brasil em uma referência mundial nas práticas protetivas, freando a tendência crescente e inconstitucional de exploração comercial destes animais para fins de produção/abate ou estimação, assim como avançar no debate para pássaros livres de gaiolas;

13. Incentivar a transformação de zoológicos e aquários em centros públicos de reabilitação, conservação e pesquisa, buscando sua integração com santuários de animais, bem como atuar pelo fim de animais marinhos de cativeiro e do turismo de animais marinhos em reabilitação;

14. Atuar pelo fim do plástico de uso único, que polui o meio ambiente e afeta a vida de animais selvagens na terra e nas águas;

Animais ditos de produção

15. Atuar pelo fim de práticas cruéis contra os animais de produção, como a exportação de gado vivo, a marcação de animais a ferro, o foie gras, a produção da carne de vitela; avançar no debate pelo fim da criação de animais em gaiolas, assim como foi aprovado pelo Parlamento Europeu, em especial pelo fim das gaiolas de gestação para porcas reprodutoras, das baterias de gaiolas para galinhas poedeiras, pelo fim da criação de peixes em gaiolas flutuantes, pois são práticas que privam os animais da liberdade para expressarem seu comportamento natural e ferem o direito constitucional ao bem-estar animal;

16. Apoiar e incentivar a difusão da alimentação vegetariana estrita segura, em especial por meio do PNAE, cabendo a ampliação ao ensino técnico e superior, restaurantes populares e demais estabelecimentos públicos e privados, valorizando alimentos in natura e minimamente processados, oriundos da agricultura familiar e prioritariamente agroecológicos/agroflorestais (que são livres de agrotóxicos e regeneram o meio), além de promover políticas de enriquecimento de alimentos escalonados com vitamina B12 (como já é feito com iodato de potássio adicionado no sal de cozinha; e o ferro

e ácido fólico na farinha de trigo/milho) e de rotulagem de alimentos, identificando a presença ou não de ingredientes de origem animal.

17. Apoiar e incentivar em todos os programas de alimentação a diversificação das fontes proteicas, com a substituição de carnes, laticínios e ovos por proteínas vegetais, pelo menos uma vez por semana, valorizando nossos costumes, a agricultura familiar, trazendo mais saúde e menos impacto ambiental e colaborando para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (objetivos 2, 3, 6, 12, 13, 14 e 15).

Animais na ciência

18. Atuar pelo fim do uso de animais em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais para produção de produtos cosméticos e de higiene, incentivando a pesquisa e a adoção de métodos alternativos na indústria farmacêutica, assim como já foi aprovado pelo Parlamento Europeu, e em consonância com o §1º do artigo 32 da Lei Federal nº 9.605/98, que estabelece punição a quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo;

19. Incentivar e regulamentar, para evitar o monopólio deste conhecimento, a pesquisa em agricultura celular para a produção de carne sem abate animal (carne cultivada), sem desmatar mais florestas, livre da utilização intensiva de antibióticos e com redução expressiva do consumo de água.

CADERNOS
TEORIAeDEBATE

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana 04117-091 São Paulo - SP

Fone: (11) 5571 4299 - www.fpabramo.org.br